

Navegar é preciso. Viver, também

A crise humanitária destaca o Brasil no tema dos direitos humanos, embora o país ainda precise ajustar o processo legal e aumentar a estrutura para atender ao maior fluxo de refugiados

ALINE RICHTER



Refugiados no Cristo

BRUNO TORTORELLA E JÚLIA COPLE

É dia de doação. Homens, mulheres e crianças, na maioria africanos, parecem disputar um “espaço ao léu”. O cenário se passa no interior de uma casa discreta e simples, com entrada despercebida em meio à intensidade do trânsito na rua São Francisco Xavier, uma das principais do bairro do Maracanã, zona norte do Rio. No número 483, a poucos metros do estádio que leva o nome do bairro, fica a sede da

Cáritas Arquidiocesana do Rio que acolhe, em vez de torcedores, centenas de imigrantes que chegam à instituição fugidos de perseguições em zonas de conflito. Criada em 1986, é a primeira entidade brasileira a tratar da recepção de refugiados.

Desde o agravamento da crise imigratória na Europa, os dias na Cáritas-RJ se tornaram atípicos. Quando a reportagem foi ao local, cerca de 50 pessoas aguardavam a distribuição de roupas e a liberação de auxílios. São solicitantes de



Congolese fazem fila para receber roupas e brinquedos na sede da Cáritas-RJ

abrigo que chegaram há pouco tempo no país e que ainda dependem da instituição para organizar suas vidas. Ainda que timidamente, era possível ver a angústia nos olhos de imigrantes. Alguns mais agitados, de voz firme e tom alto, discutiam entre si, numa demonstração de desequilíbrio de quem vem de uma realidade onde o *ter* não é garantido. “Viu a briga? Por causa de uma cadeira!”, explicou uma funcionária. As crianças, ao contrário, pareciam subitamente adaptadas ao ambiente confuso e não ligavam tanto para a situação vivida quanto os adultos. A maioria aproveitava para se distrair com as doações de brinquedos, amontoados em meio às poucas mesas e bancos de madeira do lugar.

O governo brasileiro registrou, nos últimos dois

anos, um aumento de 1.200% nas solicitações de refúgio. De acordo com o Comitê Nacional para Refugiados, até outubro de 2014, o país abrigava 7.289 refugiados, de 81 nacionalidades – 25% são mulheres – e estudava quase nove mil solicitações. Em São Paulo, principal entrada de solicitantes no Brasil, predomina a população síria. Já no Rio, a maioria dos refugiados é de origem congolesa. No momento das doações na Cáritas-RJ, os grupos estavam divididos, por conta da falta de integração e das dificuldades impostas pela língua. Mas os refugiados de todas as raças, cores, etnias, religiões e nações se uniram em torno de um objetivo comum: buscar uma vida melhor e reconstruir suas vidas em um país ainda desconhecido. No ano passado, a instituição acolheu 46 sírios, número que, até o final de agosto, havia chegado a 108. Ou seja, somente nos oito primeiros meses de 2015, a quantidade de imigrantes vindos da Síria mais que dobrou em comparação a todo o ano de 2014.

Fugida da guerra civil que assola o Congo há duas décadas, Souzy Kongolo Kabedi, hoje com 34 anos, chegou ao Brasil em 2013, grávida de seis meses e com os filhos gêmeos ainda pequenos. Na época, ela conseguiu a ajuda de uma Igreja Batista situada no seu país de origem e com filial no Rio de Janeiro. O pastor pagou a passagem e a orientou como chegar até a Cáritas-RJ. O país foi, para Souzy, a única opção de fugir da guerra e tentar recomeçar a vida. Em busca de paz, ela não pensou duas vezes e embarcou em um avião para cá.

— Eu fugi do meu país por causa da guerra e vim porque aqui tem paz. Na hora de fugir da guerra, você não tem tempo nem para pensar para onde vai. A guerra não é brincadeira. Não é a mesma coisa da guerra do tráfico com os bandidos. A guerra é a guerra.

Souzy perdeu o pai e o marido nos confrontos. Apenas com a roupa do corpo, a congolesa foi acolhida pela Cáritas-RJ, que doou roupas para as crianças e forneceu auxílio-moradia de R\$ 300 por seis meses. O tempo do benefício terminou e, desde então, ela divide o preço do aluguel da casa de uma imigrante africana, em Brás de Pina, zona norte da cidade. Além dos três filhos que tinha quando chegou ao país, Souzy se tornou mãe de uma quarta criança, cujo nome ho-

menageia a coordenadora da Cáritas-RJ: Aline. O bebê é fruto de um relacionamento aqui no Brasil com um refugiado africano. Desempregada, a mulher diz que a ajuda do namorado não é suficiente para garantir o sustento da família.

— Ele trabalha, mas também não tem muitas condições. O salário é pouco, R\$ 900, R\$ 800, tirando os descontos. A casa é R\$ 400. Temos que comprar fralda, leite, vai sobrar o quê? Eu não tenho casa, não tenho família para me ajudar.

Emprego e moradia são os principais desafios da recepção de refugiados

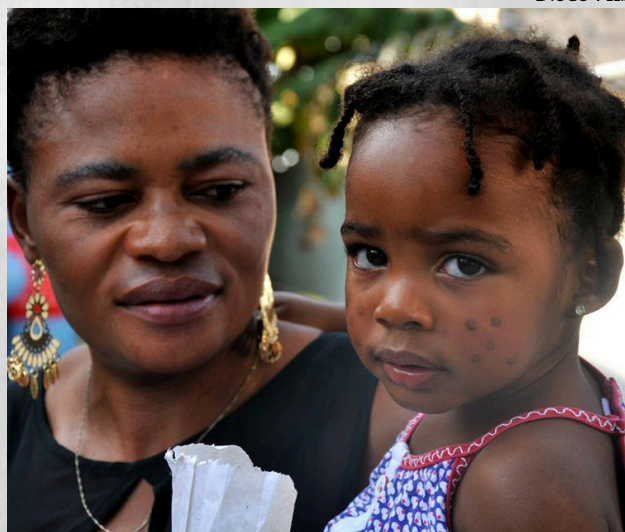
Um dos principais problemas é a moradia para os estrangeiros que chegam ao país. A força da comunidade africana é revelada pelo auxílio mútuo. Segundo o assessor de comunicação da Cáritas-RJ, Diogo Felix, o acolhimento a um novo imigrante, por vezes, é resolvida pelos próprios refugiados.

— Moradia eles conseguem resolver muito entre si, principalmente os congoleses que têm uma rede muito forte. Temos um abrigo não oficial, mas cabem no máximo 10 pessoas. Então quando chega um refugiado, eles conseguem abrigar na casa de quem já está aqui há mais tempo. Às vezes a gente nem fica sabendo.

Mesmo com um “teto irmão” para viver, Souzy não tem cama para dormir com as crianças. Segundo a imigrante, ela divide o único colchonete com os quatro filhos. O quarto, ela diz, está em situação precária.

— “Tá” saindo água do chão do quarto, as crianças dizem: “mãe, olha a água”. Não tem condições, não tem nada na casa. Se eu for ao banheiro, eu começo a chorar porque se chorar na frente deles, eles [as crianças] vão ficar doentes. Eles também choram, me perguntam quando a gente vai voltar para o Congo. Voltar como? Um dia Deus vai ajudar e vou ter uma vida melhor.

A história de Souzy guarda discrepâncias e semelhanças com a de Charly Kongo. Enquanto ela ainda patina na missão de se adaptar à realidade brasileira, o também congolês Charly já está totalmente integrado ao país. Quando chegou, há sete anos, ele foi acolhido por irmãos africanos que já viviam no Brasil. Porém, mais



A congolesa Souzy Kongolo Kabedi deu à filha mais nova o nome da coordenadora da Cáritas-RJ: Aline

uma vez, faltava colchão para dormir. Onde três dormiam, quatro passaram a descansar.

— Damos a mão para nossos irmãos [africanos]. Eu fui a quarta pessoa a ser acolhida na casa. Eu trabalho em um hotel. Muitas vezes recebemos cliente que não gosta de dormir em uma cama de solteiro, quer uma cama de casal. Nós éramos quatro em um colchão de solteiro, no chão. Duas pessoas olhando para lá e duas pessoas olhando para cá para não “se respirar”.

Mas foi após a morte de uma vizinha que os imigrantes congoleses puderam dormir com mais dignidade. Eles se aproveitaram do fato de a família da mulher ter jogado o colchão no lixo para resgatar o colchonete.

— A gente esperou anoitecer e fomos pegar o colchão de casal para dormirmos melhor. Os costumes africanos não aceitam isso [dormir no mesmo colchão de casal sem ser casado]. Mas nós não vivemos mais os costumes porque precisávamos nos adaptar a uma nova realidade. Eu dormia com mais três em um colchão de solteiro, mas tem gente que não tem a chance, a oportunidade, e dorme no chão. É muito difícil.

Mesmo após passar por momentos de dificuldade, Charly conseguiu se estabilizar no Brasil e hoje trabalha como recepcionista em um hotel de Copacabana, na zona sul.

— Eu fui acolhido. Aqui consegui um trabalho, consegui uma mulher, um filho, amigos, consegui tudo aqui. Devo tudo a esse país.



No Brasil há sete anos, Charly Kongo ministra palestras sobre a sua experiência de refúgio

Comoção com crise humanitária aumentou oferta de emprego para refugiados

Assim como a moradia, a inserção desses estrangeiros no mercado de trabalho ainda é desafiante. Felix ressalva que a oferta de vagas para refugiados aumentou em função da comoção pública com a crise humanitária. A maioria é absorvida pelos ramos de trabalho manual – construção civil, a limpeza de residências e a indústria têxtil – impulsionados no Brasil pela ascensão da classe C. Mas Felix diz que é comum receber refugiados de “alta qualificação”. Essa mão de obra, porém, resolve trabalhar em outros setores da economia por conta da burocracia.

— Temos refugiados com mestrado, doutorado, muitos formados em ensino superior. Às vezes a pessoa é engenheira, mas até conseguir validar o diploma e trabalhar nisso, ela já foi para hotelaria, conseguiu um emprego e desiste. É uma pena porque é uma força de trabalho qualificado que a gente desperdiça. É mais comum as pessoas perguntarem como fazer uma universidade aqui, que é um caminho que pode ser mais rápido do que ficar esperando essa parte burocrática.

As cerca de 30 empresas parceiras da Cáritas-RJ que contrataram mão de obra estrangeira se surpreenderam positivamente, de acordo com Felix. Ele afirma que a força de vontade e a experiência trazida de outros países ajudam os

imigrantes a desenvolverem bons trabalhos.

— Nós temos parceiros que já contrataram refugiados e pretendem contratar mais porque a experiência que eles tiveram é muito positiva. São pessoas que estão aqui, que precisam e querem dar a volta por cima, vencer e conquistar seus objetivos. Então, o retorno é muito bom.

Refúgio no Brasil esbarra em processo legal subjetivo e limitações orçamentárias

A lei 9474, de 1997, define o refugiado como alguém obrigado a deixar o país natal por perseguição – seja racial, política, religiosa – ou grave violação dos direitos humanos. Assim, o migrante econômico, aquele que vem ao Brasil em busca de melhores condições de vida e de trabalho, não pode ser abraçado por essa legislação. Apesar da conceitualização de refúgio estar claramente definida em lei, o advogado da Cáritas-RJ Fabrício Souza explica que, na prática, a distinção entre refugiado e mero imigrante é complexa e a decisão, subjetiva.

— Quando o refugiado procura um país para se proteger, em geral, ele não tem provas da perseguição, da violência que ele sofreu. O relato dele é que vai nortear o processo e, partir dessa narrativa, as autoridades brasileiras tomam uma decisão. É difícil estabelecer regras que levem a uma verdade absoluta de quem deve ser tratado como refugiado ou não. Essa decisão é, portanto, subjetiva, porque tem base na declaração de uma pessoa.

Para Souza, responsável pelo acompanhamento jurídico das solicitações de refúgio assessoradas pela Cáritas-RJ, o Brasil não possui o devido processo legal para atender refugiados. Segundo o advogado, não há parâmetros para a análise de credibilidade das declarações dos solicitantes, nem mesmo um objetivo para os julgamentos. Ele observa, porém, um esforço do governo, com apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas, para estabelecer um maior nível de qualidade.

— Em outros países, há um conjunto de regras claras, há uma organização das instituições incumbidas da questão humanitária e dos modos de decisão. Tudo isso aqui ainda está na fase de formulação, mas é esperado que o Brasil tenha um sistema melhor para atender essa demanda. A Cáritas participa dessas discussões como membro da sociedade civil, com direito a voto nas plenárias.

Assim que o estrangeiro chega ao Brasil, ele é orientado pela Cáritas a preencher um formulário de solicitação de refúgio, que deverá ser apresentado à Polícia Federal e enviado ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare). O processo de análise demora, em média, dois anos até o reconhecimento ou não do refúgio em terras brasileiras. Ele não pode ser devolvido ao país de origem nem ser punido por atravessar a fronteira de forma clandestina, porque a lei entende que é uma fuga, uma situação grave de vulnerabilidade.

Os solicitantes têm direito ao procedimento legal gratuito, à documentação provisória e à mesma assistência básica que estrangeiros residentes no país. Devem respeitar as leis brasileiras e manter a documentação atualizada. Eles estão proibidos de exercer atividades de natureza política ou mudar de endereço sem informar à PF e ao Conare. Reconhecido o status de refugiado, o estrangeiro pode solicitar a extensão da condição de refugiado para parentes que estejam no Brasil, mas não pode sair do território nacional sem autorização prévia, sob pena de perder o abrigo brasileiro.

A legislação para refúgio no Brasil se diferencia do tratamento internacional do caso sírio. A resolução 17 do Comitê Nacional para Refugiados, de 2013, prevê a facilitação do visto para pessoas deslocadas pela guerra na Síria. Quase 100% dos sírios que vieram ao Brasil com base nessa normativa tiveram o refúgio concedido. A taxa de elegibilidade, ou seja, o percentual de solicitações aprovadas em caráter definitivo, em 2014, foi de 88,5% – sem contar os refugiados sírios, a taxa do ano passado é de 75,2%. A instituição Médicos Sem Fronteiras é uma das entidades que saúdam a iniciativa do Conare, mas que defende a expansão das políticas de abrigo:

– Outras regiões em conflito precisam de uma resolução semelhante. Além disso, as pessoas têm que chegar aqui, não basta o visto humanitário. Há um oceano enorme que separa o Brasil de países em conflito na África, no Oriente Médio. Existe a falsa ideia de que a ajuda no mar vai aumentar o fluxo marítimo de refugiados. Essa ajuda significa, na verdade, rotas seguras e melhora na recepção, afinal, de uma forma ou de outras, eles vão continuar a se lançar ao mar – destacou Renata Reis, funcionária das Relações Institucionais de Médicos Sem Fronteiras.

Na visão de Felix, o Brasil poderia receber mais pessoas. Ele exemplifica que a Alemanha, em um



Refugiados africanos encontram melhores condições de trabalho no Brasil do que nos seus países de origem

único fim de semana, recebeu oito mil solicitantes de refúgios – número maior que a quantidade total de refugiados reconhecidos no Brasil até outubro de 2014 (7.289 estrangeiros) e parelho ao montante de novas solicitações à justiça brasileira até o mesmo mês do ano passado (8.302). Uma desproporção, considera Felix, se considerados o tamanho da população e do território dos dois países. O advogado da Cáritas, Fabrício Souza, lembra que, no plano regional, o Equador abriga 55 mil refugiados colombianos. Nesse sentido, ele considera o Brasil incipiente na política de recepção.

— A comparação do sistema brasileiro com outros países é sempre injusta, porque a gente recebe ainda um número pequeno de solicitantes, principalmente se você considera que há um inchaço do sistema de refúgio por não haver outros mecanismos de regulação migratória no país. Mas a lei brasileira é generosa, tem boas práticas.

A Cáritas trabalha na ampliação do orçamento para atender ao fluxo maior. Segundo Felix, o caixa da instituição é fruto de uma parceria com o governo federal por meio do Ministério da Justiça, do recebimento de verba do Acnur, do Ministério Público e do recente acordo de repasse de multas trabalhistas do Ministério Público do Trabalho à causa humanitária. Mas o aumento da demanda de solicitações chega em um contexto de enxugamento dos gastos públicos do Brasil. Para Souza, não só os braços do governo, mas também as organizações da sociedade civil que mantêm parceria com o Estado já sentem os efeitos da recessão.



Acolher, proteger e integrar são as três frentes de trabalho da Cáritas-RJ, segundo a coordenadora Aline Thuller

— É difícil dizer a dimensão disso ainda. Mas a gente vê que o Conare, o órgão que decide e implementa políticas públicas para refugiados, não cresceu ou cresceu timidamente diante desse brusco aumento de trabalho. Os agentes acostumados a um número x de solicitações de refúgio hoje estão lidando com um número muito superior, sem que a estrutura tenha acompanhado. O trabalho é maior porque há mais solicitantes, mas também porque pede mais qualidade para analisar os casos e dar uma decisão justa.

Maioria dos brasileiros ignora barreira da língua e ajuda os estrangeiros

Se os especialistas entendem que a recepção burocrática e governamental dos refugiados precisa ser desenvolvida, do outro lado, os refugiados relatam a gentileza e a simpatia do brasileiro. Embora não falem a mesma língua, a maioria se esforça para ajudar os novos hóspedes. Quando há episódios de hostilidade, de acordo com Felix, eles costumam estar ligados à origem do refugiado:

— Já ouvimos relatos de refugiados africanos que sofreram preconceito racial. Já ouvi histórias em que o negro brasileiro discriminava o negro congolês. No Brasil, nós sabemos que existe um racismo velado. Isso fica claro quando um empregador nos informa que está procurando garçons e recusa os refugiados africanos que nós mandamos. Ele diz que quer pessoas mais bem

apessoadas, ele usa termos para disfarçar. Tem preconceito também com os muçulmanos, que algumas pessoas acusam de serem terroristas, de quererem transformar o Brasil em um país islâmico.

Segundo Souza, a tendência é que a administração pública passe a incluir o tema dos refugiados nos projetos de governo. Nesse momento, em especial nas grandes cidades, políticas públicas começam a nascer a partir da experiência dos comitês estaduais. Mas o trabalho de inserção e de integração desse refugiado é feito, desde a

solicitação, pelas organizações da sociedade civil, como a Cáritas-RJ. Hoje, a entidade é responsável por acompanhar os solicitantes dos estados do Sul, do Nordeste e do Norte – com exceção de São Paulo, Acre e Rondônia – a partir de um acordo com o Acnur e o Ministério da Justiça.

Um trabalho que orienta, só no Rio de Janeiro, quase seis mil pessoas e lida, Brasil afora, com 60 diferentes nacionalidades. A coordenadora da Cáritas-RJ Aline Thuller explica que o atendimento é organizado em três frentes de atuação.

— A primeira frente é o acolhimento, momento da chegada do solicitante, quando nós vamos recomençar os vínculos e os laços de confiança daquela pessoa com a sociedade e também estabelecer estratégias de urgência para que ele tenha o que comer, o que vestir, onde dormir. A segunda frente é a proteção legal, o cuidado com o trâmite da solicitação para garantir que eles tenham os direitos garantidos e depois sejam reconhecidos como refugiados. A terceira frente é a integração local, a reconstituição de vida no Brasil, com ajuda de assistentes sociais, psicólogas, arte terapeutas, professores de português e cursos de capacitação profissional.

Aline ressalta que parte importante da atuação da entidade hoje é a articulação com a rede sociopolítica, por exemplo, para convencer a administração de escolas e hospitais públicos que os refugiados tem direito de se matricular e receberem assistência médica. Um trabalho que

pretende também sensibilizar a sociedade civil e dar voz aos refugiados.

— Estou preparando uma série de entrevistas, as histórias dos refugiados. A ideia é mostrar quem são eles, porque até pouco tempo as pessoas nem sabiam que havia refugiados no Brasil. E nada pode ser mais poderoso do que eles falarem em primeira pessoa. O foco não são os problemas que fizeram eles saírem dos países deles, mas o que eles querem construir aqui – explica o assessor Diogo Félix, que publica aperitivos do projeto, pequenas histórias, na página da Cáritas-RJ no Facebook.

Quem compareceu à roda de conversa *Braços abertos para os refugiados* sentiu a força do relato do refugiado. O evento lotou o auditório principal da Casa de Rui Barbosa, em Botafogo, mesmo em uma noite de segunda-feira. À porta do salão, uma família colombiana vendia *empanadas* e acessórios típicos. Lá dentro, diante de um microfone, a congolesa Mireille Muluila expôs a contradição do alívio da paz no abrigo e da angústia de deixar a terra e a família para trás.

— As mulheres no Congo são violentadas todos os dias. As crianças também. Mais do que em qualquer lugar do mundo. Eles colocam objetos dentro delas. É uma guerra há 20 anos. Aí, quando elas pedem refúgio, as portas dos países ocidentais estão fechadas. Quando a gente chega, param a gente na rua e perguntam por que a gente não fica no nosso país. Não tem como ficar, porque hoje, no país ocidental, você não pode sentir o que nós sentimos. Não sabe o que é deixar as pessoas que você estava acostumada a viver, deixar tudo o que você construiu desde que era criança, sem saber onde está a sua família. Nós não queremos tomar nada de vocês. Nós só queremos a paz de vocês – ressalta Mireille, que trabalha na Cáritas-RJ para ajudar no acompanhamento e na tradução.

Na visão de Souza, existe hoje uma “burocracia cínica” de países que deveriam receber refugiados, uma indefesa institucionalizada e banali-




A Cáritas-RJ organiza rodas de conversa para informar e sensibilizar as pessoas sobre a causa humanitária

zada na forma de burocracia, como em decisões automáticas e pareceres negativos sem ao menos ouvir a história do solicitante. Para o congolês Charly, isso mostra a memória curta dos europeus:

— Os países onde não tem guerra atualmente esquecem que, no passado, já aconteceu algo parecido com a população deles. Na Europa, por exemplo, muita gente fugiu na II Guerra Mundial e esses europeus fugiam pelo mesmo motivo que nós, a perseguição étnica e política. A crise humanitária de agora não é uma crise europeia, é dos países onde há guerra, é do mundo.

Segundo a assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional, Fátima Mello, a crise atual evidencia o fracasso da Guerra ao Terror no norte da África e no Oriente Médio. A base dos conflitos e a subsequente migração das pessoas, ela diz, está ligada à disputa das grandes potências por fontes de energia e matéria-prima na região. Fátima acredita que o momento é de refletir sobre mudanças na estrutura de poder e de integração entre os países.

— Há uma luta sistêmica, que vem desde o imperialismo do século XIX. É a maior crise do nosso tempo, a síntese da falência do mundo como está organizado hoje. Por isso, é também oportunidade de pensar em acolhida, em integração, em pressão política. É o sonho da livre circulação de pessoas, com a promoção geral de cidadania. 

Como ajudar a Cáritas-RJ

Mobilização Virtual – A Cáritas-RJ convida os usuários das redes sociais a se tornarem ativistas on-line da causa humanitária. A ideia é mostrar que eles existem e discutir os desafios da recepção e da integração de estrangeiros, por meio da #RefugiadosEu-Meimporto. A instituição ainda promove campanhas específicas no Facebook, para ajudar, por exemplo, um refugiado recém-chegado a comprar um colchão para dormir ou uma refugiada costureira a comprar uma máquina de trabalho. Até porque, diz Aline, tem muita gente contra na internet.

Oferta de empregos e de serviços – É possível entrar em contato com a Cáritas-RJ para contratar refugiados ou oferecer tratamento médico, psicológico, odontológico, fisioterapêutico para alguns deles. A entidade procura, por exemplo, um cirurgião disposto a retirar estilhaços de bomba do corpo de um sírio ferido na guerra.

Apadrinhamento – É possível apadrinhar um refugiado, temporariamente,



**CÁRITAS
BRASILEIRA**
REGIONAL RIO DE JANEIRO

te, em uma ação. Por exemplo, doar a máquina de costura que a refugiada precisa para trabalhar. A Cáritas-RJ prepara um banco de histórias para que as pessoas possam ajudar nessas questões pontuais. Mas há também a possibilidade de oferecer ajuda financeira a algum refugiado por determinado tempo. A entidade ajuda o estrangeiro a abrir uma conta bancária e o dinheiro é repassado diretamente para ele.

Doações para a Cáritas-RJ – Além de roupas e brinquedos para distribuir aos refugiados, é possível doar em dinheiro para a instituição. Esses recursos são poupados, explica Aline, para situações de emergência. Por exemplo, para um medicamento urgente ou um exame que o SUS vai demorar a fornecer. Por email, o doador é avisado sobre o que foi feito com o montante doado.

Voluntariado – Quem se interessar pode enviar email para voluntariado@caritas-rj.org.br. Por causa da comoção atual, já há 200 pessoas na fila para a entrevista. A Cáritas-RJ não tem espaço

físico para mais pessoas e estuda alternativas para aproveitar essa oferta de mão-de-obra.

O QUE NÃO CABE À CÁRITAS-RJ

Adoção de crianças refugiadas – Apesar da procura, a Cáritas-RJ não se envolve com o procedimento adotivo. De acordo com as leis brasileiras, brasileira ou não, a criança órfã deve ser encaminhada à Vara da Infância e integrada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abrigamento solidário – Há quem ofereça a própria casa para abrigar, em especial, os refugiados sírios. Mas esse envio de refugiados demandaria atenção a cada uma das residências acolhedoras para garantir a proteção desses estrangeiros. Segundo Aline, a entidade não atua dessa forma porque não tem condições de fazer o acompanhamento das famílias.

Trâmites burocráticos para a vinda de pessoas para o Brasil – A Cáritas-RJ recebe todos os dias refugiados que deixaram a família no país de origem. Mas a entidade não tem como e não tem o papel de organizar a documentação, conseguir visto, comprar passagens. “Infelizmente”, diz Aline.

O passo a passo da burocracia de refúgio

1. Solicitação formal de refúgio.

Ao entrar no Brasil, o estrangeiro deve procurar uma delegacia da Polícia Federal ou uma autoridade migratória na fronteira para solicitar formalmente a proteção do governo brasileiro. Caso o solicitante não fale português, há intérpretes para ajudar na entrevista. A PF emite o Termo de Declarações e envia o processo ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare).

2. Emissão de um documento provisório para o solicitante.

Ao receber o Termo de Declarações, o Conare autoriza a Polícia Federal a emitir o Protocolo Provisório de solicitação de refúgio, que funciona como o documento de identidade do estrangeiro até a análise do caso. Com esse documento, ele pode solicitar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a

Carteira de Trabalho Provisória. O protocolo tem validade de seis meses e deve ser renovado até a resposta final do processo.

3. Entrevista com representante do Conare. Com o pedido de refúgio, o solicitante terá agendada uma entrevista para auxiliar o Conare na análise do caso. Por isso, se o solicitante mudar de cidade, deve informar o novo endereço ao órgão e à Polícia Federal.

4. Decisão do Conare pelo reconhecimento ou não do refúgio.

- Caso a resposta seja positiva, o solicitante deve procurar a Polícia Federal para fazer o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE).

- Caso a resposta seja negativa, o solicitante será notificado pela Polícia Federal e terá um prazo de 15 dias para, se quiser, protocolar um recurso para análise do Ministério da Justiça.

- Caso o recurso também for negado pelo Ministério da Justiça, esta decisão também será comunicada ao solicitante pela Polícia Federal. Neste caso, ele ficará sujeito à legislação de estrangeiros em vigor no Brasil.

